

## **Antiambientalismo e poder no Brasil: limitações à gestão da informação no contexto das agendas públicas**

*Antonio Hélio Junqueira*

Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP)

**Palavras-chave:** web mining, information scanning, agenda setting, agendas públicas.

Segundo Kitzinger e Reilly (2002), as teorias que envolvem o risco (Giddens, 1991; Beck, 2010) concedem papel e relevância crescente à mídia pela visibilidade que esta lhes confere, contornando o fato que, de outra forma, riscos poderiam ser socialmente minimizados ou até mesmo passarem despercebidos. A mídia exerce, assim, papel preponderante enquanto promotora de informação, engajamento e agendamento político na esfera pública (MacCombs, 2020). Além da formulação de agendas e de sua priorização na pauta das discussões públicas (agenda setting), a mídia colabora, ainda, para a promoção de determinados enquadramentos dos fatos, favorecendo certas interpretações dos acontecimentos (Soares, 2009).

A partir dos conceitos habermasianos da esfera pública, se reconhece a existência de um espaço de formação de opinião e da vontade política, no qual a mídia exerce notável poder de influência ao pautar socialmente temas e debates, discussões críticas, deliberações e justificações quer de ordem ética, quer política (Garnham, 1992). Os discursos propagados pela mídia contribuem para as transformações sociais (Verón, 2004) e a construção das narrativas sobre os fenômenos sociais constituem-se em práticas fundamentais para o exercício da cidadania (Couldry, 2015).

Segundo visões de diferentes autores, tal papel da mídia em contribuir para a formação de opinião e imagens, de influenciar agendas e os poderes constituídos pode ser encarado ora com ceticismo (Esteves, 2003; Gomes, 2004) ora com relativo otimismo (Habermas, 2003) no tocante à capacidade de a sociedade civil exercer influência sobre o sistema político. De fato, a “mídia de massa tanto pode obscurecer a transparência política quanto fazê-la avançar” (Maia, 2006, p. 154).

Considerando-se a inegável importância da constituição e hierarquização de agendas políticas na construção das sociedades democráticas, autores e instituições têm se empenhado na construção de teorias e métodos que viabilizem a antecipação prospectiva desses fenômenos. Trata-se de iniciativas preditivas sobre os porvires das decisões políticas e de encaminhamentos de atos delas decorrentes, de modo a alertar, preparar, subsidiar debates e influenciar acontecimentos futuros de interesse comum (Lassance, 2024b).

Nesse contexto, a presente pesquisa objetiva problematizar e discutir, de modo comparativo e crítico, o efetivo papel da mídia em sua capacidade de influenciar pautas e agendas de políticas públicas associadas, tendo por base o caso das enchentes decorrentes de desastres hidrológicos vivenciados pelo estado do Rio Grande do Sul em 2024. Para tanto, é analisado um corpus textual composto por narrativas jornalísticas tanto sobre os acontecimentos vivenciados pelas populações locais, quanto a respeito das decisões e propostas políticas ambientais encaminhadas por políticos gaúchos no contexto daquela catástrofe.

## **Metodologia**

O estudo e a análise crítica são estabelecidos a partir da aplicação da metodologia proposta pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (Lassance, 2024b) a respeito prospecção de agendas político-institucionais construídas pela aplicação do rastreamento (crawling) e das técnicas de varredura de informações (web mining e information scanning). Lassance (2024), seu autor, apoia-se também o conceito de Kingdon (2013) de coupling (acoplamento), a fim de chamar atenção para o nível de complexidade e imprevisibilidade da condensação dos fluxos informacionais em um nível suficiente para que a agenda se transforme em política.

## **Discussão**

Pesquisadores, profissionais de mídia, representantes da sociedade civil, entre outros agentes sociais assumiram, no trágico contexto vivido pela população gaúcha, em 2024, posições críticas constantes na denúncia dos descasos ambientais e no seu papel como fenômenos profundamente correlacionados às enchentes. Tratou-se da produção conjunta de um conjunto significativo de narrativas jornalísticas passíveis de análise crítica e pragmática (Motta, 2007, 2013). A opinião pública alertada e, então, consciente e atenta aos movimentos e ações dos representantes políticos do Estado frente ao acontecido, foi, no entanto, logo informada de que os desastres não tinham produzido o esperado revés ou qualquer arrefecimento sobre a continuidade e avanço das decisões antiambientalistas que já vinham ocorrendo seguidamente a partir da ação dos políticos estaduais.

À época, em entrevista para o site de notícias Sumaúma, a jornalista Sílvia Lisboa (2024) comentou:

Em Brasília, 21 parlamentares gaúchos apoiam projetos do “Pacote da Destruição” do clima – Em 8 de maio, enquanto o RS já contabilizava 107 mortes pelas enchentes – que agora já são 173 –, 15 deputados federais gaúchos votavam, em caráter de urgência, a favor do PL 1366. O projeto dispensa o licenciamento ambiental da silvicultura, método artificial de reflorestamento, com potencial de alto impacto na biodiversidade e na oferta de água. Dos 31 deputados eleitos pelo RS para a Câmara Federal em 2022, pelo menos

21 apoiam projetos que fazem parte do chamado “Pacote da Destruição”. Quatro desses projetos têm como autores ou relatores parlamentares do estado e preveem desde tirar recursos do Ibama, o guardião da legislação ambiental, até autorizar a supressão da vegetação nativa dos biomas não florestais, como o Pampa e a Mata Atlântica.

De fato, o acompanhamento das políticas públicas ambientalistas encaminhadas naquele contexto, evidenciaram caráter apenas emergencial cujo foco principal limitou-se à criação de programas de reconstrução da infraestrutura destruída do Estado, realização de obras de contenção e drenagem, implantação de sistemas de alerta de riscos sensíveis a alagamentos e deslizamentos, realização de treinamentos de evacuação em pronta resposta a esses alertas e provisão de auxílio material e financeiro emergencial às famílias desabrigadas (Lassance, 2024a, p. 30-31). Para Lassance (2024a, p.30), “nenhuma agenda legislativa importante ganhou corpo para reverter a desregulamentação da questão ambiental e o afrouxamento da fiscalização. Ao contrário, nem mesmo o Governo do Estado do Rio Grande do Sul esboçou qualquer iniciativa no sentido de rever esses processos”.

Lassance (2024a, p. 5) resume os acontecimentos da seguinte forma:

A resiliência da agenda de desregulamentação da legislação e fiscalização ambiental, mesmo após a tragédia gaúcha, confirma a tese de que até mesmo eventos de grande dimensão, imprevistos e dramáticos, por si só, são incapazes de vencer resistência e promover mudanças significativas de política pública. O amplo controle do poder de agenda por grupos da coalizão que minimiza essa questão mantém a resiliência de sua agenda anterior à tragédia.

### **Considerações finais**

Desastres hidrológicos impactam a infraestrutura urbana e a qualidade de vida, revelando a complexidade das questões socioambientais urbanas. Reis et al. (2017) destacam a gestão da informação, na qual a mídia exerce papel central. Políticas públicas e abordagens participativas que promovam comunicação eficaz entre governo, mídia e comunidades vulneráveis são essenciais para fortalecer a resiliência e incentivar soluções inovadoras.

A aplicação da metodologia desenvolvida pelo Ipea de acompanhamento das construções de agendas político-institucionais e de prospecção de cenários futuros a partir de rastreamento (crawling) e das técnicas de varredura de informações (web mining e information scanning), especialmente de corpos noticiosos publicados pela mídia, demonstra que as agendas prioritárias do Estado brasileiro são relativamente previsíveis e passíveis de serem prospectadas, com grande antecipação. No entanto, vale destacar que a efetividade dos resultados de tais estudos preditivos deve ser acompanhada da análise crítica simultânea e integrada do papel articulador e do poder

de influência e decisão de clusters, Tink Tanks e grupos de coalização ativos no País, capazes de sustentar resiliências e impedir avanços dos interesses comuns no âmbito político-institucional brasileiro.

## **Referências**

Beck, U. (2010). Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34.

Couldry, N. (2015). O tempo e as mídias digitais: aprofundamento do tempo, déficits de tempo e configuração narrativa Parágrafo, 2 (3), 63-73.

Esteves, J.P. (2003). Espaço público e democracia. São Leopoldo: UNISINOS.

Garnhan, N. (1992). The media and the public sphere. In: Calhoun, C. (ed.). Habermas and the public sphere. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.

Gomes, W. (2024). Transformações da política na era digital. São Paulo: Paulus.

Giddens, A (1991). As consequências da modernidade. São Paulo: Editora Unesp.

Habermas, J. (2003). Era das Transições. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Kingdon J. W. (Ed.). (2013) Agendas, alternatives, and public policies. Essex: Pearson.

Kitzinger, J.; Reilly, J. (2002). Ascensão e queda de notícias de risco. Coimbra: Edições Minerva Coimbra.

Lassance, A. (2024a). Análise da agenda político-institucional do Estado brasileiro. Brasília, DF: Ipea. <http://dx.doi.org/10.38116/td3013-port>

Lassance, A. (2024b). Como fazer o rastreamento de agendas político-institucionais? Teoria, metodologia e técnicas de pesquisa para prospectar eventos futuros e antecipar seu impacto na agenda de políticas públicas. Brasília, DF.: Ipea. (Texto para Discussão 3011). <http://dx.doi.org/10.38116/td3011-port>

Lisboa, S. (2024, 10 jun./). Sumaúma. O negacionismo climático de deputados e senadores gaúchos continua mesmo com a tragédia, Sumaúma, 5 de junho de 2024. Disponível em: <https://sumauma.com/o-negacionismo-climatico-de-deputados-e-senadores-gauchos-continua-mesmo-com-a-tragedia/>. Acesso em 10 de junho de 2024.

- Maia, R. (2006) *Mídia e deliberação: atores críticos e o uso público da razão*. In: Maia, R.; Castro, M. C. P. S. (Org.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG (Humanitas).
- Motta, L. G. (2013). *Análise Crítica da Narrativa Jornalística*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Motta, L. G. (2007). *Análise Pragmática da Narrativa Jornalística*. In Lago, C & Benetti, M. (Eds.), *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Vozes, 143-167.
- McCombs, M. (2020). *A linguagem do jornalismo – a linguagem dos efeitos do agendamento (agenda-setting)*. In: Camponez, C.; Ferreira, G.B.; Rodríguez-Díaz, R. (Org.). *Estudos do agendamento. Teoria, desenvolvimento e desafios – 50 anos depois*. Covilhã, Portugal : Editora LabComp. 23-36.
- Reis, C. Mattedi, M.; Barrios, Y.R. (2017). *Mídia e desastres: panorama da produção científica internacional de 1996 a 2016*. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 40 (2), 77–92. <https://doi.org/10.1590/1809-5844201725>
- Soares, M.C. *Representações, jornalismo e a esfera pública democrática*. (2009). São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Verón, E. (2004). *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: Unisinos.